

**Síntese:** Neste artigo desenvolvemos os caminhos históricos, políticos e religiosos da assim chamada Região do Grande Oeste, que inclui o atual Oeste Catarinense e o Sudoeste do Paraná no período entre 1838 e 1958. O texto divide-se em duas partes. Na primeira descrevem-se alguns aspectos sócio-econômico-político-demográficos do “descobrimento” e desenvolvimento deste Oeste: a quem pertenciam estas terras, a chegada do branco em sucessivas frentes, com destaque principalmente para a hegemonia da frente agrícola de migração italo-germânica. Na segunda, trata-se dos aspectos histórico-religiosos da região, a partir da criação da Paróquia de Palmas e da chegada dos Franciscanos. São apresentados sucintamente três momentos desta história eclesial protagonizada pela chegada do branco: primeiramente, houve um predomínio do catolicismo caboclo; seguiu-se depois uma convivência tolerada entre o catolicismo caboclo e o catolicismo romanizado; para, finalmente acontecer a romanização da região realizada pelas congregações estrangeiras em parceria com o modo capitalista de produção. Daí a consequente marginalização, também religiosa, das culturas cabocla e aborígene.

**Abstract:** In this paper we show the historical, political and religious trends of the so called region of the Great West, which includes the present West of Santa Catarina and the South-West of Paraná in the period between 1838 and 1958. The paper is developed in two parts. In the first, we describe some social-economic-political-demographic aspects of the “discovery” and development of this West: to whom belonged these lands, the arrival of the white in successive fronts, emphasizing especially the agricultural front of the italo-germanic immigration. In the second part, we deal with the historical-religious aspects of the region, starting from the creation of the Parish of Palmas and the arrival of the Franciscans. We present briefly three moments of this ecclesiastical history protagonized by the arrival of the white: first, there was the predominance of the “caboclo” catholicism; then followed a tolerated association between the “caboclo” catholicism and the romanized one; finally, was accomplished the romanization of the region by the work of the foreign congregations in partnership with the capitalist mode of production. Consequently, the resulted marginalization, also religious, of the “caboclo” and aboriginal cultures.

## A Igreja na Região do Grande Oeste até a criação das Dioceses de Palmas e Chapecó

Paulo Fernando Diel\* e Adayr Mário Tedesco\*\*

\* Paulo Fernando Diel, doutor em Teologia pela Johannes Gutenberg Universität da Alemanha. Professor de História da Igreja na Faculdade Missioneira do Paraná, em Cascavel – FAMIPAR e Coordenador do Instituto de Pesquisa Padre Alberto Antoniazzi na mesma Instituição. Coordenador Geral do Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos da cidade de Palmas (CPEA) – PR e professor de História das Religiões e Cultura Religiosa no Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS – Palmas – PR.

\*\* Pe. Adayr Mário Tedesco, Vigário Cooperador da Paróquia São Cristóvão, Chapecó, SC, Licenciado em Teologia Dogmática pela Pontifícia Universidade Gregoriana – Roma – Itália (1960), Professor de História da Igreja, com curso de aprofundamento em História da Igreja pela CEHILA, na Faculdade Nossa Senhora da Assunção de São Paulo – SP – 1984.



## Primeira Parte

### Contextualização histórica do Grande Oeste (Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina)

#### 1 Introdução

O objeto deste artigo é a Região do Grande Oeste (ou *Grande Palmas*). Entendemos por esse nome a região que abrange duas Dioceses gêmeas: a Diocese de Palmas que abarca o sudoeste do Paraná, numa extensão de 17.058,5 K<sup>2</sup>; e a Diocese de Chapecó, que, a partir de 1958, passou a ter vida independente, incorporando em seus territórios toda a região do Oeste catarinense. Esta circunscrição eclesiástica do lado catarinense (com 15.045,2 Km. quadrados<sup>1</sup>) abrange atualmente toda a Microrregião Colonial do Oeste Catarinense, mais os municípios de Seara, Itá, Xavantina e Ipumirim, que pertencem à Microrregião Colonial do Rio do Peixe.

O Oeste Catarinense tem adquirido, principalmente a partir da década de 70 do século passado, uma importância econômica muito grande, por ser considerado, junto com o Sudoeste do Paraná, o celeiro brasileiro de alimentos. Nele se localizam importantes agroindústrias e uma das maiores concentrações de abatedouros de aves e suínos da América Latina.

Dentro do Oeste Catarinense, a Diocese de Chapecó tem importante relevância religiosa, que repercute também nas outras Dioceses que compõem o Regional Sul IV da CNBB, no modo próprio como desenvolveu e desenvolve sua pastoral dentro da realidade oestina. Além disso, essa Diocese celebra, no próximo ano, seus 50 anos de instalação, junto com a Diocese gêmea de Palmas.

Este artigo terá duas partes: uma primeira, apresentará alguns antecedentes sócio-histórico-político-econômicos que entraram na formação da Região da Grande Palmas; a segunda, trabalhará a caminhada eclesiástica dessa região da antiga Prelazia de Palmas até a data de seu desmembramento em duas dioceses (1958).

<sup>1</sup> Antes que fosse criada a Diocese de Joaçaba, aos 12/06/1975, a Diocese de Chapecó abrangia também os municípios de Concórdia e Ponte Serrada, numa extensão de 16.258 Km<sup>2</sup>, ou 16.515 Km<sup>2</sup>, de acordo com as versões dos Anuários Católicos de 1960, 1965 e 1970/1971.



## 2 “Esta terra tinha dono”

Pode-se afirmar, com certeza histórica, que, até meados do Séc. XIX, era dos índios Kaingang a posse efetiva da terra do Meio e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná<sup>2</sup>.

Foi a partir do imperialismo do Capital de meados do Séc. XIX que o Grande Oeste foi “descoberto” e recebeu importância, por causa de suas riquezas naturais e terras férteis. Isto se deve ao expansionismo europeu com suas grandes migrações para as Américas em busca de terras. Esse foi o motivo real da LEI DE TERRAS de 1850.

A história dos *colonizadores brancos* na região (fazendeiros) começa por volta de 1838, quando da chegada dos conquistadores a Palmas, vindos de Guarapuava.

É só então que ganham importância as disputas e tratativas dos limites de fronteiras entre os antigos reinos de Espanha e Portugal, em vista da não observância do Tratado de Tordesilhas. E também a disputa interna entre Santa Catarina e Paraná pela posse do Oeste

É nesse contexto que se deve entender a “Questão de Palmas”, litígio que envolveu territórios atualmente pertencentes ao Oeste de SC e Sudoeste do Paraná, pretendidos no Séc. XIX também pela Argentina. A conjuntura mundial da Segunda Revolução Industrial é que deu relevância a essa questão, que foi resolvida através de um Tratado de Arbitramento<sup>3</sup>. A defesa do Brasil foi entregue ao Barão do Rio Branco e o árbitro designado foi o Presidente dos EE.UU., George Cleveland, que, aos 06/02/1895, deu ganho de causa ao Brasil. (O Brasil ganhou nisso 30.622 Km<sup>2</sup>)<sup>4</sup>.

Também foi esse o contexto da “Guerra do Contestado” que teve como uma de suas causas a construção da famosa estrada de ferro pela *Brazil Railway Company*, (norte americana). Como preço da construção a Companhia recebeu 15km de terra de cada lado da ferrovia, além de outras concessões de terras, deixando na opressão e miséria muita gente

<sup>2</sup> Para maiores informações remetemos à obra da UNOESC, CHAPECÓ, 1995, 336p (pg. 7-8 e pg. 141ss): Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste (CEOM). Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM. Edição englobando Cadernos do CEOM n. 1 a n. 8.

<sup>3</sup> Idem, pg. 81ss.

<sup>4</sup> Os estudos para a construção da Estrada de ferro São Paulo-RS foram iniciados aos 13/02/1895. Mera coincidência?



originária da região (principalmente os caboclos). Tudo isso levou a um conflito de quatro anos (entre 1912 e 1916) entre Santa Catarina e Paraná pela posse dessas terras.

A Guerra do Contestado envolveu um terço do território do Estado de Santa Catarina, com participação de cerca de 10.000 militares e 20.000 caboclos<sup>5</sup>. Terminou em 1916, quando os dois Estados entraram num acordo, ratificado pelo Presidente Venceslau Brás aos 20/10/1916<sup>6</sup>.

### 3 Chegada do branco e as “frentes de expansão” (séc. XIX e XX)

Praticamente, até meados do século XIX, apenas um que outro viajante palmilhou as terras do Oeste de Santa Catarina, atual Diocese de Chapecó. Nessas regiões campeavam livres as tribos dos índios Kaingang, que aí se fixaram a partir dos fins do século XVII e inícios do século XVIII, após o dismantelamento das reduções jesuíticas do Guairá pelos Bandeirantes paulistas, ocasião em que os Guarani foram praticamente dizimados.

Em meados do século XIX é que o branco penetrou significativamente na região. Exploradores, vindos dos campos de Guarapuava, foram-se fixando nos Campos de Palmas, formando assim uma rede de economia pastoril, que em pouco tempo já contava com 60 fazendas de gado<sup>7</sup>. Ajudados pelo Índio Condá, foram descendo por uma nova estrada que, de Guarapuava, cruzava por Palmas, Xanxerê, Xaxim, Chapecó, Passo do Carneiro (atual Mal. Bormann), Goio-En, Nonoai. Chegava-se assim ao nosso Oeste.

Por outro lado, as agitações militares das regiões platinas obrigavam o Governo Imperial a tomar medidas de segurança, criando as

<sup>5</sup> O termo “caboclo”, primeiramente designava o índio e posteriormente se estendeu ao próprio branco. Na verdade, é melhor que se aplique o termo aos mestiços de ambos, pois, por contínuas e sucessivas infusões de sangue europeu, perdeu as características indígenas. Esse mestiço, influenciado pela ação modificadora do meio, adquiriu o tipo estabilizado do “homem da terra”. (LUZ, 1952, p. 44).

<sup>6</sup> Há muita bibliografia sobre a Guerra do Contestado. Indicamos a que está na apostila preparatória da primeira romaria da terra realizada em Taquaruçu, município de Fraiburgo, aos 14/09/1986, de autoria do Pe. Hércion Ribeiro. Inédita.

<sup>7</sup> D'ANGELIS, Wilmar. “Uma Igreja Colona e os Direitos dos Povos Indígenas”, apostila “pro manuscripto”, Chapecó, 1985, pg. 2. Inédita. E-mail do autor: dangelis@unicamp.br (Campinas – SP).



Colônias Militares da Província do Paraná, que fora desmembrada de São Paulo. Surge, assim, a Colônia Militar de Xapecó, com sede no atual Município de Xanxere<sup>8</sup>, também responsável pela primeira colonização e povoamento do Oeste, trazendo para a região brasileiros agricultores. Também vieram, para essas terras, refugiados das revoluções gaúchas do fim do século XIX<sup>9</sup>.

Conforme Sílvio Coelho dos Santos<sup>10</sup>, nesse período de entrada para o Oeste, houve basicamente três frentes de expansão Colonizadora. Uma primeira frente, denominada de economia pastoril, era formada por populações originadas por crescimento vegetativo, compostas por grupos familiares que avançavam através de áreas inexploradas à procura de novas pastagens para o gado. Sua atitude diante do índio, foi a de “limpar a área”, porque viam nele um concorrente ou alguém que lhe roubava o gado. Essa frente teve seu momento forte na segunda metade do século XIX.

Uma segunda frente, denominada de economia extrativista, era constituída por indivíduos desgarrados de suas comunidades de origem, que partiam para áreas inexploradas, visando primeiramente a extração da erva-mate. Diante do índio, ou tentavam desalojá-lo de suas terras, ou procuravam aliciá-lo para o seu serviço, como tarefeiro. Teve seu momento mais forte na última década do século XIX e primeiras décadas do séc. XX.

Uma terceira frente, chamada de frente de expansão agrícola, é constituída de massas humanas maiores, dotadas de equipamentos mais poderosos, que passam a preponderar decisivamente na região, a partir de 1916, perto do fim da primeira guerra mundial. Quanto ao índio, a atitude dessas frentes era a de desalojá-lo e expulsá-lo da terra, porque se constituía num obstáculo à sua expansão.

<sup>8</sup> Criada junto com a do Chopim, aos 16/11/1859, pelo decreto imperial 2.502, dentro do contexto da “Questão de Palmas”. Foi efetivada aos 14/03/1882.

<sup>9</sup> Entre 1882 e 1910, a “Colônia Militar de Xapecó” distribuiu aproximadamente 255 títulos de propriedade. Também entraram na Colônia Militar “vários outros brasileiros (caboclos), alguns sentindo-se resguardados pela presença militar, outros evitando aproximar-se dela porque refugiados vindos do Rio Grande do Sul (Maragatos), após o desfecho da Revolução de 1893 (Gomercindo Saraiva, derrotado pelo II Governo Republicano, recém instalado). Daí que, posteriormente, muitos colonos de origem italiana e alemã justificariam a expulsão desses brasileiros de suas terras, alimentando o preconceito de que seriam ‘criminosos’, ‘homicidas’, ‘ladrões’, ‘bandidos’, fugidos do Rio Grande do Sul” (D’ANGELIS, Wilmar, *ibidem* pg. 3-4).

<sup>10</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos – “Nova História de Santa Catarina”, Florianópolis, Edição do autor, Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, SP, 1977.



Essa frente de expansão agrícola, a partir de 1916, foi decisivamente possibilitada pela conclusão da Guerra do Contestado. Isso fez com que Santa Catarina, aos 25/08/1917, pela lei 1147, criasse quatro novos municípios: Mafra, Porto União, Joaçaba (Cruzeiro) e Chapecó. Estava aberto o caminho e legalizada a ocupação agressiva do Oeste.

Empresários começaram a obter do Governo Catarinense enormes concessões de terras para colonização. Adquiriram também títulos e direitos de antigos sesmeiros e fazendeiros. Assim, às margens da Estrada de Ferro S. Paulo – Rio Grande, surgiu a primeira colonização do Oeste (Município de Joaçaba), passando simultaneamente para o Oeste Catarinense.

A colonização do Oeste foi inteiramente diferente da do litoral catarinense. Aconteceu em conseqüência da expansão da área colonial do Rio Grande do Sul. Colonos, principalmente de origem italiana e alemã (com alguns núcleos poloneses), foram adentrando nosso Oeste, incentivados pela propaganda das Colonizadoras das terras<sup>11</sup>. E a população indígena, que vivia em nosso Oeste, foi naquele tempo praticamente reduzida a 1.200 indivíduos, confinados num Toldo em Xanxerê; e a 50 ou 60 indivíduos encurralados, num bolsão perto do Rio Irani, a 15 Km. da atual cidade de Chapecó, que lutaram desesperadamente para não perderem suas terras e não serem dizimados, como todos os demais<sup>12</sup>. A toponímia lembra sua presença em todos esses lugares<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Surgiram nessa época muitas Empresas Colonizadoras, que receberam do Estado concessão de grandes extensões de terras. Lembremos as principais: a "Brazil Railway Company" (dela a Southern Brazil Lumber and Colonization Company", do Sindicato Farquhar), "Empresa Colonizadora Bertaso", "Chapecó Peperi Ltda", "A Sociedade União Popular do Estado do R. G. do Sul" (SUP – "Volksverein"), "Cia. Territorial Sul Brasil" etc. (ver SANTOS, Sílvio Coelho dos, – Nova História de Santa Catarina, 2ª edição, 1977, edição do Autor, pg. 99.

<sup>12</sup> Além desses dois casos mais conhecidos, havia em nosso Oeste outras pendências com grupos dispersos de índios que as colonizadoras hostilizavam por causa de suas terras ancestrais. É o caso do Toldo Pinhal (de Seara), do Toldo Umbu (de Abelardo Luz) e do Araçai (nos municípios de Saudades e Cunhaporã), que a resistência indígena viria a reivindicar mais tarde, desde a década de 90, provocando atualmente enorme celeuma na sociedade oestina. O grupo do Araçai foi desalojado desde 1908.

<sup>13</sup> O processo de expulsão dos indígenas não foi certamente um ato de filantropia. Tanto mais podemos afirmar isso, quando, além dos informes de queimas de casas indígenas e até de aldeias inteiras, sabemos que a praxe era que "para a efetivação da conquista dessas parcelas do sertão, as empresas interessadas nos negócios da colonização, apoiadas pelos governos provinciais, incentivavam a formação de grupos civis que se especializaram na guerra de extermínio ao índio. Esses grupos ficaram conhecidos sob o termo 'tropa de bugreiros' (SANTOS, Sílvio Coelho dos – "O Homem Índio sobrevivente do Sul"; antropologia visual, Florianópolis, Univer-



A população sertaneja, ou cabocla, como se diz na região, que vivia também nessa área desde a Colônia Militar e que havia servido de base humana para a Guerra do Contestado, foi-se diluindo e marginalizando-se paulatinamente. Sua condição de ocupantes de pequenos roçados do tipo coivara, de extratores de recursos florestais (erva-mate), de analfabetos, de homens sem recursos, não mais se encaixava com o novo sistema atualizado, moderno, europeu, que se instalava<sup>14</sup>.

Entre os novos “donos” e essas populações marginalizadas houve ainda, por um tempo (talvez umas décadas), certa convivência “pacífica” e de interesses: as Empresas concessionárias de terras ainda se organizavam, se implantavam, se articulavam. Mas, já se deixa entrever a influência capitalista, competitiva, gananciosa, ávida por sempre maior lucro. Esse capitalismo vai crescendo paulatinamente. De amistoso e paternalista, passa a ser agressivo, feroz e selvagem, à medida que avança em técnica. O desbravamento inicial da região, que os sertanejos haviam feito, não mais interessava. A preocupação era, no momento, explorar os recursos florestais e cultivar agressivamente o solo. O que aconteceu foram três marginalizações sucessivas: primeiramente, até os anos 20, a do índio; depois, em segundo lugar, a do caboclo; e agora, ultimamente, a do próprio pequeno agricultor.

Segundo dados do recenseamento do Brasil, realizado em 01/09/1920, volume IV, 2ª parte, tomo II (IBGE), a população do município de Chapecó, nessa época, era de 11.315 pessoas, sendo 6.041 homens e 5.274 mulheres. Interessante é notar que na faixa de idade dos 30 aos 50 anos, a proporção de homens é bem maior do que a das mulheres, acima da média das outras faixas de idade, o que leva a crer que eram mais os homens adultos que se propunham por primeiro a desbravar essas regiões, buscando depois suas famílias.

---

sidade Federal de Santa Catarina, Caxias do Sul/ Universidade de Caxias do Sul, Porto Alegre / Associação Nacional de Apoio ao Índio, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Garatuja, 1978, pg. 29). (Citação extraída de D'ANGELIS, Wilmar op. cit. pg, 5.)

<sup>14</sup> “Até a Lei Agrária de 1850, o apossamento era uma das únicas formas para se obter terras no Brasil” (SANTOS, Sílvio Coelho dos – Nova História de S. C. pg. 108).



#### 4 Alguns aspectos políticos, econômicos e demográficos do Oeste Catarinense a partir dos anos 30

Somente a partir de um decreto estadual de 1931 é que a cidade de Chapecó, até essa data chamada Passo dos Índios, ficou sendo, depois de várias idas e vindas, a sede definitiva do Município e da Comarca que abrangia todo o atual território da Diocese de Chapecó. Constituiu-se assim, politicamente, o Oeste Catarinense, tendo como centro a cidade de Chapecó<sup>15</sup>.

Sendo que não houve recenseamento geral em 1930, os dados da população do município de Chapecó dessa época fomos buscá-los em “O Brasil Católico” de 1933, uma publicação eclesiástica elaborada pelo Pe. João Baptista Lehmann, do Verbo Divino, sobre as dioceses do Brasil. Segundo esse anuário, havia, no extremo Oeste, três paróquias, na época pertencentes à Diocese de Lages: Chapecó, com 12.000 almas, Porto Novo (Itapiranga), com 7.000 almas e São Carlos, com 6.000 almas, num total de 25.000 almas nessa região.

Em termos de Estado Catarinense, a região do Oeste era inexpressiva. Não havia consciência de Estado Catarinense no Oeste, não só por causa das distâncias, mas também pelas condições culturais e sociais diferentes. Tanto isso é verdade que, no início da década de 40, circulavam idéias de emancipação no Oeste, que o Governo Federal obviou com a criação do efêmero Território Federal do Iguaçu, juntando o Oeste Catarinense ao Sudoeste do Paraná, com sede em Laranjeiras do Sul<sup>16</sup>.

Segundo o recenseamento geral do Brasil de 01/09/1940 (Série Regional, parte XIX, SC, serviço gráfico do IBGE-1952), o município de Chapecó tem, em 40, uma população de 44.327 habitantes, sendo 22.865 homens e 21.462 mulheres.

<sup>15</sup> Pela Lei 1.147 de 25/08/1917 foi criado o Município de Chapecó, com sede em Passo Bormann, atual distrito de Chapecó. Em 1919, a sede é transferida para a vila de Xanxerê, sede da extinta Colônia Militar. Em 1923, volta para Passo Bormann. Em 1929, a sede volta novamente para Xanxerê. Até que, em maio de 1931, a vila que surgiu entre ambos, PASSO DOS ÍNDIOS, por decreto estadual, passou a ser sede do Município e da Comarca, mudando seu nome para Chapecó (nome oficializado em 01/01/1939, por efeito de Decreto Lei).

<sup>16</sup> O território Federal do Iguaçu, criado em 1943, foi extinto em 1946, com a nova Constituição Federal.



Depois da segunda guerra mundial, com a vinda de levas de migrantes gaúchos, o Oeste cresce mais e mais. A população sobe, em 50, para 96.624 habitantes, sendo 49.698 homens e 46.926 mulheres<sup>17</sup>. Já há várias vilas prosperando, assim que, a partir de 1953, são criados no Oeste vários novos municípios, desmembrados do, até então, único município de Chapecó.

A partir do ano de 1955, a cidade de Chapecó sente-se já com fôlego para reivindicar um Bispado, que lhe daria a liderança religiosa do Oeste. Isso não deixa de ter sua repercussão política, como relatam os jornais da época<sup>18</sup>. No início da década de 60, o Oeste já é uma força expressiva em termos políticos, assim que as queixas de abandono do Oeste por parte dos políticos da longínqua capital acabaram encontrando eco no Governo Estadual, que resolve criar em Chapecó a Secretaria dos Negócios do Oeste, um caso único de Secretaria de Estado fora duma Capital, com jurisdição administrativa sobre todo o Oeste Catarinense, para atender às reivindicações dos oestinos<sup>19</sup>. Sua população atinge já os 241.941 habitantes (124.423 homens e 117.518 mulheres) distribuídos em 16 municípios<sup>20</sup>. Esse crescimento populacional de 250,39% entre os anos 50 e 60 se explica principalmente pelo fluxo migratório acontecido nessa década rumo ao Oeste de Santa Catarina.

Data dessa época também o começo do ensino superior em Chapecó. Em 04/07/70 começa a Licenciatura para o primeiro grau e em 1972 começa o curso de pedagogia na FUNDESTE.

<sup>17</sup> Recenseamento Geral do Brasil – 1950 – IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Série Regional, Volume XXVII, tomo I, Estado de Santa Catarina.

<sup>18</sup> O jornal da época deu muito destaque e importância ao fato da criação do Bispado, como algo de fundamental significado para a região. Ver “*A voz de Chapecó*”, arquivo da casa geral dos Franciscanos, largo de S. Francisco, 01051 – S. Paulo, S.P.

<sup>19</sup> A secretaria de Negócios do Oeste (SEO) foi criada aos 17/08/1963, pelo decreto estadual 3.283 do Governo Celso Ramos.

<sup>20</sup> Censo Demográfico de 1960 – SC – VII recenseamento geral do Brasil, volume I, tomo XV, Série Regional, 1ª parte, fundação IBGE.



## Segunda Parte

### O desenvolvimento institucional e pastoral da Igreja no Grande Oeste (1855-1958)

Como se trata de um período longo e de grandes transformações na história da Igreja e da religião do Grande Oeste, vamos dividir o nosso estudo em três sub-períodos para termos uma visão mais sistemática e objetiva dos acontecimentos históricos e seus desdobramentos. Atendendo aos objetivos deste artigo, vamos nos ater aos primórdios da Igreja de nossa região até a criação das duas dioceses de Palmas e Chapecó, no ano de 1958, que determinou o fim da integração religiosa entre o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná.

#### 1 PRIMEIRO SUB-PERÍODO: Predomínio do Catolicismo Popular Caboclo. Dos primórdios à criação da Prelazia de Palmas (1838-1933)

Neste sub-período, a região do Grande Oeste era ocupada na sua grande maioria por caboclos, alguns grupos indígenas, tropeiros que viviam da criação e transporte de gado e alguns poucos imigrantes. Essa população vivia dispersa em toda a região, formando poucas vilas. Já as representações religiosas eram marcadas pelo catolicismo tradicional, de origem luso-brasileira, anterior ao período da romanização e próprio das populações caboclas, que viviam praticamente isoladas da Igreja oficial. Era essa a religião predominante neste sub-período: religião ligada a determinados santos, cultuados em altares caseiros e celebrados em festas populares, tais como São Sebastião e São João Batista; acrescenta-se também a devoção ao Divino Espírito Santo, ao Senhor Bom Jesus dos Passos, ao Senhor Bom Jesus da Coluna, com suas respectivas bandeiras; uma religião ligada a promessas (tais como a “Mesada dos Inocentes”) ou votos, romarias e devoções às fontes por onde passara o famoso profeta João Maria, muito venerado na região do antigo Contestado. Vários são os lugares, geralmente junto a uma fonte, marcados pela presença do monge-profeta, que se tornaram sagrados para a população. O predomínio do catolicismo popular caboclo nessa região se deve ao fato de a Igreja ter uma presença muito pouco significativa na região até 1933. Sua pastoral se caracterizava pela desobriga, que consistia em visitas esporádicas pelo interior, onde o padre prestava todos os serviços religiosos.



Nas páginas seguintes vamos tentar descrever como se deu esse desenvolvimento institucional da Igreja no Grande Oeste.

### 1.1 A paróquia de Palmas – 1855

A história da Igreja no Oeste de Santa Catarina desenvolve-se mais especificamente a partir da cidade de Palmas – Paraná. A freguesia, ou Paróquia do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas, foi criada aos 28 de fevereiro de 1855. Ela abrangia um imenso território que cobria o atual Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, com mais de 35.000 Km<sup>2</sup> quadrados. Inicialmente a paróquia pertencia à diocese de São Paulo, mas era atendida pelos padres seculares das cidades de Guarapuava e Ponta Grossa. Antes mesmo da criação da Freguesia, em 1855, a cidade de Palmas já contava com a visita esporádica de alguns padres. Entre eles destacamos o Padre Ponciano José de Araújo, membro de uma bandeira que aportou aos Campos de Palmas no dia 06 de agosto de 1836. Como referência a essa data, que no calendário cristão comemora a Transfiguração do Senhor, a paróquia de Palmas foi batizada como Paróquia do Senhor Bom Jesus, com o acréscimo *da Coluna*. O primeiro vigário de Palmas foi o padre Francisco Pimenta, que chegou a Palmas no mesmo ano de 1836. Depois dele, houve vários outros: Pe José de Araújo, 1840; Pe Manoel Chagas, 1842; Pe Joaquim Pacheco, 1852; Pe Francisco Pimenta, 1854. Depois de elevada à condição de freguesia, ela contou com a assistência religiosa dos seguintes padres: Pe Francisco Pimenta continuou seus trabalhos na freguesia até 1869; Pe Dioniso Orsano, 1870; Pe José Bilhão, 1876; Pe Aquiles Sapuritti (1878-1903). O ciclo se encerra com a chegada dos freis franciscanos em 1903. Em seguida descreveremos as atividades desses missionários.

Os trabalhos pastorais dos padres seculares eram precários, pois as distâncias enormes e as dificuldades de transporte não permitiam uma assistência religiosa adequada à população, principalmente dos fiéis que se encontravam no interior da paróquia. Os padres visitavam as capelas do interior uma ou duas vezes por ano. Nessa ocasião realizavam todos os serviços religiosos, como casamento, batismo, confissão, catecismo, novenas e, por último, a missa. Essa forma de atendimento religioso era conhecida entre os padres como *desobriga*. Talvez a maior dificuldade desses padres era a solidão e o isolamento em que se encontravam. Eles viviam muito distantes do seu bispo e também dos colegas de ministério. Assim, muitos deles relaxavam na sua formação religiosa e também nos



cuidados da vida religiosa, bem como na observação do celibato. Outros ainda ocupavam-se de atividades não religiosas. Esses problemas eram muito comuns no meio de todo o clero secular do Brasil até o início do século XX. Os bispos preocupavam-se e esforçavam-se para manter seus padres ativos no cuidado das coisas da Igreja e na vida consagrada a Deus, mas nem sempre conseguiam, devido às distâncias e aos meios precários de comunicação.

Para melhorar o contato dos bispos com o clero e também permitir uma adequada administração religiosa e pastoral, a paróquia de Palmas foi transferida pela Bula “**Ad Universas Orbis Ecclesias**”, do Papa Leão XIII, de 27 de abril de 1892, para a diocese de Ponta Grossa. Alguns anos depois, aos 17 de janeiro de 1927, o Papa Pio XI decretou que Palmas pertenceria à Diocese de Lages, SC.

## 1.2 A chegada dos franciscanos a Palmas – 1903

Os missionários franciscanos chegaram a Palmas no ano de 1903. Redempto Kullmann foi nomeado vigário de Palmas por D. José de Camargo Barros, aos 21 de abril de 1903, tomando posse aos 10 de maio de 1903<sup>21</sup>. Os franciscanos que aportavam aos campos de Palmas procediam quase sem exceção da Alemanha. Vinham ao Brasil para reconstruir as duas províncias franciscanas aqui existentes (a da Bahia e a de São Paulo), bem como para auxiliar a Igreja do Brasil em seu processo de reforma levado a efeito após a separação da Igreja e do Estado com a Proclamação da República em 1889<sup>22</sup>. A reforma Católica no Brasil tinha como objetivos gerais a institucionalização da Igreja no Brasil e a reforma do catolicismo popular; ou seja, transformá-lo de leigo, devocional e doméstico, em um catolicismo romanizado, fundamentado na assistência aos sacramentos e centrado na figura do padre e da paróquia. Tratava-se na verdade de aplicar no Brasil o Concílio de Trento (1545-1563), pois no período do padroado essas reformas não tinham sido possíveis. Os franciscanos serão para a região da Grande Palmas os legítimos representantes dessa reforma.

Com a chegada dos franciscanos, a Igreja do sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina entra num novo ciclo. Como vimos anterior-

<sup>21</sup> ATAS da cúria prelatícia de Palmas – LIVRO tomo II (1888-1917), p. 106.

<sup>22</sup> Cf. DIEHL, Paulo Fernando. Ein katholisches Volk, aber keine Herde ohne Hirte. St. Augustin, Gardez Verlag, 2001.



mente, até 1903 ela era atendida pelos padres seculares que, em número de um ou dois, no máximo, percorriam a região, visitando os poucos pousos e capelas existentes. Este primeiro período se caracteriza pela “dispersão”, pois a realidade do sertão, a falta de transporte e de meios econômicos e políticos, impossibilitaram a formação e ampliação do número de capelas, mesmo porque a população se encontrava dispersa no mato, andando com as tropas de gado ou mesmo mudando de lugar seguidamente, o que impossibilitava uma evangelização mais sistematizada, dentro dos moldes romanos.

Os franciscanos vão visitar a região de forma mais extensa e dar início a um processo de “nucleação” dos fiéis em capelas e em paróquias. Por outro lado, vão desenvolver de forma muito intensa a vida religiosa da população, criando as Congregações Marianas, o Apostolado da Oração e assistindo o povo na sua formação religiosa através da catequese e das pregações. Dessa maneira, os franciscanos vão consolidando aos poucos a institucionalização da Igreja no Grande Oeste, com a criação de capelas, paróquias e construindo as condições necessárias para a criação da prelazia, em 1933, e posteriormente das dioceses de Palmas e Chapecó, em 1958.

O abnegado trabalho missionário desses homens de Deus e da Igreja transformou a região. As contribuições foram inúmeras. Entre elas destacamos:

- A evangelização do povo que habitava esta região. Essa foi, sem dúvida, a maior contribuição dos franciscanos para a Igreja de Palmas e região. Os missionários vieram até aqui para trazer a palavra de Deus ao povo que se encontrava disperso nas fazendas, nas matas, nas colônias e numa situação religiosa de completo abandono. Até a chegada dos franciscanos, eram poucos os padres e missionários dignos para a orientação e formação religiosa do povo. Por essa razão, a formação religiosa era muito superficial e precária. Os franciscanos vão renovar a vida religiosa dos habitantes desta região. Neste sentido, os missionários foram capazes de mobilizar as pessoas, de introduzir novas devoções, uma nova moral e de construir sob bases seguras um novo catolicismo, que, cultural, econômica e religiosamente, se distinguiu do catolicismo tradicional que aqui existia.



- A segunda grande contribuição dos missionários franciscanos se deu no processo de institucionalização da Igreja no Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. Dentro do espírito da Reforma Católica, que animou a Igreja do Brasil após a Proclamação da República, em 1889, os franciscanos da região de Palmas foram os grandes responsáveis pela institucionalização da Igreja. Quando eles chegaram a Palmas encontraram a Igreja em péssimas condições. Não havia dinheiro, não havia estrutura física, eram poucas as capelas e as residências. Também não havia muitos fiéis dispostos a colaborar nesse processo. Para a estruturação da Igreja foi necessária a abertura, primeiramente, de inúmeras capelas pelo sertão e, depois, de paróquias. É claro que essa estruturação da Igreja tinha como objetivo atender melhor e de forma mais efetiva aos fiéis que habitavam a região. No entanto, somente a abertura de capelas e paróquias não era suficiente. Havia a necessidade de consolidar um processo duradouro de formação para os cristãos. E isto só foi possível com a abertura dos colégios católicos e também com a abertura de um seminário. Era preciso formar lideranças, bem como despertar a vocação religiosa nos jovens para ampliar o atendimento religioso das comunidades que se formavam em toda a região;
- A terceira grande contribuição se deu na educação. A principal preocupação dos missionários, depois dos serviços religiosos, era com a educação dos jovens e das crianças. Para tanto, construíram inúmeras escolas católicas na região. As escolas cumpriam uma dupla função, ou seja: dar aos jovens a oportunidade de ampliarem seus conhecimentos técnicos e humanos, mas principalmente, formar os jovens dentro dos princípios da moral católica. Essa formação era de qualidade e tinha como propósito formar novas gerações de católicos para que desempenhassem funções políticas na sociedade e defendessem os interesses cristãos dentro do espírito da neo-cristandade<sup>23</sup>;
- Modernização da região. Os franciscanos foram os grandes modernizadores da região, pois possuíam um apurado conceito de racionalidade econômica, de onde vinha a percepção e a

<sup>23</sup> Para aprofundar este tema consulte: AZZI, Riolando. A neocristandade: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994 (Coleção: História do Pensamento Católico no Brasil v. 6).



necessidade de modernização. Eles introduziram os conceitos modernos, a própria modernidade, pois tinham como ambiente cultural de referência a Europa e não a cultura luso-brasileira. Por isso, nas suas atividades pastorais eles também se preocupavam com o desenvolvimento e o progresso do povo e das comunidades que eram assistidas por eles. Em suas visitas às comunidades eles ensinavam noções de economia, de produção, de mercado, de higiene, bem como cultivar uma horta, uma lavoura, além é claro de conscientizarem as pessoas sobre a necessidade do trabalho assíduo e persistente para se conquistar o progresso. As exigências do missionário nesse sentido eram bastante convincentes, pois eles entendiam que o desenvolvimento econômico regional possibilitaria também o desenvolvimento religioso;

- Integração política da região no cenário nacional e internacional. Os missionários colocaram Palmas e região em sintonia com a Igreja em nível nacional e internacional. Isso vai contribuir de forma decisiva para quebrar o isolamento religioso, político e econômico da região, colocando-a numa nova perspectiva de desenvolvimento e de abertura aos novos mercados de produção, tais como a madeira, o porco, o milho etc. Os franciscanos vão integrar não só Palmas, mas principalmente a região toda do Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná ao novo ambiente cultural do Brasil.

## 2 SEGUNDO SUB-PERÍODO: Coexistência entre Catolicismo Caboclo e o Romanizado (1933-1955)

Este sub-período que vai da criação da Prelazia de Palmas, em 1933, até meados da década de 50 do século XX, caracteriza-se pela coexistência entre o catolicismo popular caboclo e o catolicismo romanizado, embora este último, dada a presença dos franciscanos na região, a institucionalização da Igreja e a presença cada vez maior de imigrantes italianos e alemães, venha a se impor lentamente, marginalizando o catolicismo popular. A coexistência significa que, até meados da década de 50, os missionários vão ter que conviver e aceitar o catolicismo popular caboclo, embora não o vejam com bons olhos.



## 2.1 A Prelazia de Palmas – 1933

A Prelazia de Palmas foi criada aos 09 de dezembro de 1933, pela Bula “**Ad Maius Christifidelium bonum**”, do Papa Pio XI. Ela abrangia três municípios: Palmas e Clevelândia, na parte paranaense, e o município de Chapecó, na parte de Santa Catarina. A divisa norte era o Rio Iguaçu, desde a Barra do Jangada até a Barra do Santo Antônio. A divisa Oeste são os Rios Santo Antônio e o Peperi-Guaçú, linha de fronteira do Brasil com a Argentina. A divisa Sul é o Rio Uruguai, desde a foz do Peperi-Guaçú até a foz do Rio Irani. A divisa Leste vai pelo Rio Irani acima até a Barra do Lajeado Baia, e, seguindo o curso desse lajeado, procura a chamada “estrada do sapateiro”, por onde segue até encontrar os limites dos Estados do Paraná e Santa Catarina, continuando nesses limites até chegar às cachoeiras do Rio Jangada, descendo em seguida todo esse Rio até sua Barra no Rio Iguaçu. O território compreendia aproximadamente 35.507 Km<sup>2</sup> e contava com a presença de 95.421 almas.

Na mesma Bula de criação da Prelazia, ela foi confiada à Província dos Franciscanos de São Paulo, que já atuavam de forma bastante intensa na região desde 1903. Mas quem marcou de forma decisiva o desenvolvimento da Prelazia foi o Administrador Apostólico, o Prelado Monsenhor Frei Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Melo, que assumiria a prelazia três anos após a sua criação, em 1936<sup>24</sup>.

Quando da criação da Prelazia, já existiam algumas paróquias na região. São elas: Palmas, criada em 1855; Itapiranga, criada como Curato pelo bispo de Florianópolis D. Joaquim Domingues de Oliveira aos 09/12/1926 e entregue primeiramente aos Padres da Sagrada Família até 1931; São Carlos e Chapecó, criadas pelo bispo de Lajes em 1931.

Sobre a paróquia de Itapiranga, em especial, vale ressaltar que ela foi motivada pela política dos jesuítas alemães que atuavam no Rio Grande do Sul, especialmente pelo Padre Max Von Lassberg, responsável entre os jesuítas pela criação de novas colônias para abrigar alemães, já que as colônias do Rio Grande do Sul estavam bastante povoadas. A política consistia basicamente em criar colônias para alemães católicos, sem a presença de protestantes. Os jesuítas alemães pretendiam, com isso, preservar a cultura germânica ou a germanidade, dos perigos de uma inculturação ampla e geral no contato com a cultura brasileira. Por

<sup>24</sup> Livro Tombo – III (1917-1959), Paróquia Senhor Bom Jesus da Coluna, p. 28v.



isso, nessas colônias, a língua oficial, ao invés do português, vai ser por muito tempo o alemão. Por outro lado, os jesuítas alemães pretendiam proteger os católicos dos casamentos mistos com os protestantes e também da influência do catolicismo popular brasileiro<sup>25</sup>.

Nos anos seguintes à instalação da Prelazia, foram criadas as paróquias de Clevelândia, em 1939 e Xaxim, em 1940<sup>26</sup>. Além dessas paróquias, havia as Igrejas Reitoradas de General Carneiro e Santa Bárbara.

**O quadro abaixo apresenta as paróquias e o número de habitantes que correspondia a cada uma delas.**

<b>PARÓQUIA</b>	<b>KM<sup>2</sup></b>	<b>HABITANTES</b>
Palmas	6.732	23.700
Clevelândia	9.618	13.375
Xaxim	5.209	16.300
Chapecó	2.411	8.000
São Carlos	5.228	11.451
Itapiranga	3.721	9.925
Santa Bárbara	1.526	3.200
General Carneiro	1.062	6.100
<b>TOTAL</b>	<b>35.507</b>	<b>95.421</b>

Para efetuar os trabalhos pastorais, as paróquias estavam divididas em distritos paroquiais, cujas divisas em geral eram idênticas às divisas civis, ou seja, dos municípios. Comumente, eram entregues aos cuidados de um missionário determinado, ou a uma fraternidade, como definem os franciscanos. Uma fraternidade compreendia três ou mais padres, o que era muito difícil acontecer nessa época devido à grande falta de padres.

Nos dados abaixo verifica-se como estavam divididas as paróquias, seu tamanho e número de habitantes de cada distrito:

<sup>25</sup> Para aprofundar a temática veja a obra: DIEI, Paulo F. Ein katholisches Volk, aber eine Herde ohne Hirte. St. Augustin: Gardez Verlag, 2001.

<sup>26</sup> Decreto e Portaria – I (1938-1956), Cúria diocesana de Palmas, p. 2v; p. 9.



<b>PARÓQUIA</b>	<b>DISTRITOS PAROQUIAIS</b>	<b>Km<sup>2</sup></b>	<b>HABITANTES</b>
Palmas	Sede	2823	7700
Palmas	Mangueirinha	1350	7500
Palmas	Chopim	2559	8500
Clevelândia	Sede	930	3524
Clevelândia	Pato Branco	763	6222
Clevelândia	Sant'Ana	1480	5622
Clevelândia	Santo Antonio	6445	2007
Xaxim	Sede	309	2500
Xaxim	Xanxerê	524	2600
Xaxim	Abelardo Luz	960	4000
Xaxim	Faxinal dos Guedes	435	1890
Xaxim	São Domingos	2500	3000
Xaxim	Cruzeiro	400	2310
Xaxim	Guatambu	483	2500
São Carlos	Sede	428	4451
São Carlos	Campo Erê	2780	2200
São Carlos	Passarinho	2020	4800
Itapiranga	Sede	1443	4700
Itapiranga	Mondai	720	3335
Itapiranga	Dionísio Cerqueira	1558	1260
Santa Bárbara	Sede	1526	3200
Gen. Carneiro	Sede	1062	6100

Fonte: MELO, C. S. B., "Nossos Trabalhos em Palmas", in: Vida Franciscana, n. 1, ano 1, 1942, p. 7-8.

Estes dados resultam de um levantamento feito a pedido do Mons Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Melo para tomar conhecimento das dimensões da Prelazia e do número de pessoas que se encontravam na região. Esses números foram levantados somente nas sedes distritais devido à dificuldade de computar com exatidão a presença das pessoas no sertão, pois a dispersão, as distâncias e o isolamento da mata impediam qualquer aproximação para detalhar os números.

As sedes, a que se refere a pesquisa, eram centros coloniais novos, onde ficava a paróquia. A pesquisa não menciona outros agrupamentos. Todo o resto da prelazia era mato, sertão bruto, em grande parte salpicado de caboclos por todos os lados.



Eram enormes as distâncias a serem percorridas em lombo de burro, a cavalo ou de barco. Alguns quilômetros apenas eram transitáveis com automóvel. De Palmas a União da Vitória eram 150 Km; a Jangada, 124 Km; a Clevelândia, 54 Km; a Xaxim, 102 Km; a Chapecó, 132 Km; a São Carlos, 195 Km; a Itapiranga, 400 Km; a Santa Bárbara, 72 Km; até o Barracão, fronteira com a Argentina, eram 250 Km.

Na parte catarinense, a via de comunicação era uma estrada de rodagem que partia de Cruzeiro do Sul (atual Joaçaba), atravessando Faxinal dos Guedes, Xanxerê, Xaxim, Chapecó, Guatambu, Caxambu, para continuar em leito mais ou menos transitável até São Carlos e dali até Passarinhos, Mondai e Itapiranga. Existia outro caminho mais apropriado utilizado pelos missionários, a estrada do Rio Grande do Sul, cruzando o Rio Uruguai na Vila de Passarinhos, para tornar ao lado catarinense em Itapiranga<sup>27</sup>. Todas as outras estradas da Prelazia eram estradas de mato, carreiros e picadas que só podiam ser percorridas em lombo de animal. Mesmo com estas dificuldades, o desenvolvimento pastoral e a assistência religiosa da região melhorou muito. Os franciscanos inclusive distinguiram as diferentes realidades pastorais da prelazia, conhecidas como zonas: a *zona das fazendas* era a região mais alta e cortava a Prelazia de leste a oeste onde ficavam as fazendas; já a *zona da mata* incluía os caboclos dispersos no sertão e que se reuniam em pequenas capelas; a *zona das colônias*, localizada nas regiões mais baixas perto dos rios. Nesta encontravam-se os imigrantes de origem alemã e italiana, que se tornavam cada vez mais numerosos e representativos; a *quarta zona era a indígena*, que compreendia sete reservas indígenas dentro da prelazia<sup>28</sup>. Estas zonas abrigavam grupos sociais com características culturais, sociológicas e religiosas bem próprias. Eram visitados pelos missionários. Com o tempo, a prelazia conseguiu uniformizar as representações religiosas através do esforço da reforma implementada por D. Carlos e o clero local.

A criação da prelazia foi de fundamental importância para estruturar o catolicismo na região de Palmas e de Chapecó, pois os padres e missionários, sob a orientação de D. Carlos, fortaleceram a presença da Igreja no meio do povo, com visitas mais frequentes e um intenso

<sup>27</sup> MELO, C. S. B., "Nossos Trabalhos em Palmas", in: *Vida Franciscana*, n. 1, ano 1, 1942, p. 8-9.

<sup>28</sup> Para aprofundar a realidade religiosa destas "zonas", cf. DIEL, Paulo Fernando. "Religião e Religiosidade". Curitiba, Editora da Assembléia Legislativa do Paraná. 2004. p. 66-71.



trabalho de evangelização, bem como de institucionalização da Igreja na região. Lentamente a Igreja da Reforma se impõe frente ao catolicismo popular caboclo, abandonando a coexistência e assumindo os elementos da romanização como hegemônicos. Como consequência, esta prática não garantiu a evangelização dos caboclos, ou seja, a reforma do catolicismo popular. Significou, isto sim, sua marginalização. A razão disso está no amplo desenvolvimento paroquial da prelazia, que integrava o imigrante italiano e alemão de forma mais adequada a esse sistema. Assim, lentamente, o catolicismo popular foi sendo marginalizado, processo que analisaremos nas páginas seguintes.

### 3 TERCEIRO SUB-PERÍODO: Paroquialização e Marginalização do Catolicismo Caboclo (1950-1958)

Este sub-período é caracterizado pelo predomínio do catolicismo romanizado e pela marginalização do catolicismo popular caboclo. Por influência das práticas introduzidas pelo carisma do Bispo Prelado de Palmas, D.Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de Mello, surgem na região características evidentes da “Teologia da Realeza”<sup>29</sup>, própria daquele período da Igreja brasileira, que vai dos anos 30 até o fim da segunda Guerra Mundial: uma clara aliança com autoridades civis, militares, eclesiásticas e econômicas da região, junto com manifestações populares de impacto. Aumenta a criação de paróquias na região do Oeste Catarinense.

O modelo de Igreja era, portanto, tanto na parte paranaense como na catarinense, o da romanização (com suas devoções peculiares e associações piedosas), dentro do padrão da neo-cristandade populista: preocupada com a conversão de todos, não ecumênica, muito sacramentalista; centrada na figura tradicional do Vigário, considerado como “autoridade” local junto com as autoridades civis e militares; uma Igreja separada oficialmente do Estado, mas aliada a ele no projeto de desenvolvimento. Esse processo levou à criação das duas dioceses e também ao monopólio religioso do catolicismo romanizado. Vamos ver como isso ocorreu.

#### 3.1 A criação das dioceses de Palmas e Chapecó – 1958.

A Bula “**Quoniam Venerabilis Frater**”, de Sua Santidade o Papa Pio XII, de 14 de janeiro de 1958, desmembrou o antigo território da Prelazia de Palmas em duas Dioceses gêmeas, ficando o território para-

<sup>29</sup> AZZI, Riolando. A teologia no Brasil. Considerações históricas. In: VV.AA. “História da Teologia na América Latina”. São Paulo: Paulinas, 1981. p. 38-39.



naense como Diocese de Palmas e o território do Oeste Catarinense como Diocese de Chapecó. A criação das duas dioceses só foi possível graças ao grande desenvolvimento econômico ocorrido na região, principalmente na década de 50, com a chegada de muitos imigrantes de origem italiana e alemã, oriundos das colônias do Rio Grande do Sul. Esses imigrantes, além do desenvolvimento econômico, trouxeram para a região elementos importantes da Reforma Católica, pois já haviam entrado em contato, na Europa ou no Rio Grande do Sul, com os novos elementos da Reforma eclesiástica e do próprio catolicismo, que a igreja do Brasil promovia desde 1889. Por isso, ao chegarem à prelazia de Palmas, exigiam a presença de um padre, bem como estruturavam toda a vida das colônias ao redor das capelas por eles construídas. Com a ampliação das capelas foram sendo lentamente criadas as paróquias, que tinham o objetivo de oferecer um padre residente e de melhorar a assistência religiosa aos colonos e outros grupos sociais que faziam parte da paróquia.

Foi na década de 50 que houve uma grande expansão. Veja o quadro das paróquias e observe o seu desenvolvimento na década de 50.

PARÓQUIAS	ANO DE CRIAÇÃO
NO ESTADO DO PARANÁ	
Palmas	1855
Clevelândia	1939
Pato Branco	1948
Coronel Vivida	1956
Francisco Beltrão	1956
Mariópolis	1956
NO ESTADO CATARINENSE	
Itapiranga	1926
São Carlos	1931
Chapecó	1931
Itá	1937
Xaxim	1940
Seara	1944
Vargeão	1948
Ipumirim	1949
São Miguel do Oeste	1950



Xanxerê	1950 <sup>30</sup>
Faxinal do Guedes	1951
Descanso	1952
São Lourenço do Oeste	1952
São João Berkmans	1952
Mondaí	1952 <sup>31</sup>
Saudade	1953
Dionísio Cerqueira	1955
Palmitos	1955
Coronel Freitas	1956
Caxambu do Sul	1956

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas, decretos e portarias - I (1938-1956); II (1956-1971).

Notem-se dois dados importantes. Primeiro: é na década de 50, antes mesmo da criação das duas dioceses, que as paróquias têm o seu maior desenvolvimento. Segundo: como explicar a desproporção entre as paróquias do Paraná e de Santa Catarina? São 14 a mais do lado catarinense. A explicação mais plausível só pode ser pela influência da colonização dos imigrantes italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul. Eles inverteram o processo de colonização, que passou a ser do Sul para o Norte. Quando a Freguesia de Palmas foi criada, a ocupação era do Norte para o Sul; tratava-se de uma ocupação luso-brasileira. Agora, a migração vem do sul e é de origem européia. Assim, se compreende o grande número de paróquias criadas no lado Catarinense. Isto revela a opção da Igreja em atender às populações de origem que exigiam um padre permanente. A chegada dos colonos provocou uma grande demanda religiosa, onde o simples trabalho pastoral da desobriga era insuficiente. A exigência da presença do padre residente partia dos próprios colonos. Esta expansão religiosa exigia uma reestruturação administrativa. E foi o que ocorreu com a criação das duas dioceses.

<sup>30</sup> Esta deve ser a data da fundação como Curato, porque, pelos dados da Cúria Diocesana de Chapecó, a Paróquia de Xanxerê tem como data de criação o dia 18/12/1959.

<sup>31</sup> Da mesma forma, esta deve ser a data do começo da atuação como Curato, porque a Cúria Diocesana de Chapecó tem como data de criação desta Paróquia o dia 02/03/1958.



### 3.2 A institucionalização e a luta pelo monopólio dos bens de salvação

No período que antecede a chegada dos imigrantes, a estratificação social é mínima, quase inexistente. Essas regiões de pequena agricultura apresentam uma estrutura social “fluida e hegemônica, sem as diferenças hierárquicas internas das grandes propriedades monoculturais e dos centros urbanos”<sup>32</sup>.

A agricultura itinerante e a economia de subsistência de caráter familiar se deve à grande abundância de terras. A população se encontra dispersa. A auto-suficiência econômica dá às famílias uma certa autonomia e independência, podendo, por conseguinte, viver relativamente isoladas sem integrar-se em uma estrutura mais ampla.

Esse aspecto se reproduz no campo religioso. Basta dizer que cada família carrega o seu santo. A presença do santo junto à família relativiza a presença do padre como intermediário da salvação<sup>33</sup>. A religião do sitiante pobre, mais do que uma religião “sem padre”, é uma religião de recusa do padre.

Neste período eram construídas capelas sem o consentimento do padre. Para o sitiante, capela é o lugar do santo e não do padre<sup>34</sup>. Seu espaço não era para abrigar altar e missa e sim para colocar a imagem do santo. Desse modo, a capela aparece associada ao Catolicismo Popular como uma atitude de resistência à romanização. Era o ponto de referência de seus devotos<sup>35</sup>.

A construção da matriz, ou paróquia, e a conseqüente fixação da residência dos padres, é obra dos senhores de terra. “A criação da paróquia com vigário fixo, o que no plano administrativo corresponde à criação da Freguesia, é obra dos sitiante economicamente mais ricos. Agem contra o desejo dos sitiante mais pobres, que querem apenas capelas”<sup>36</sup>.

<sup>32</sup> BENEDETTI, Luiz Carlos. “Os santos nômades e o Deus estabelecido: um estudo sobre religião e sociedade”. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 24.

<sup>33</sup> SERPA, Élio Cantílico. “Igreja, Elites Dirigentes e Catolicismo Popular em Desterro/ Florianópolis, Laguna e Lajes 1889-1920”. São Paulo: USP, 1993. p. 31.

<sup>34</sup> BENEDETTI, 1983. p. 31

<sup>35</sup> ZALUAR, Alba. “Os homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular”. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 100.

<sup>36</sup> BENEDETTI, 1983, p. 41.



Esse processo ganha corpo com o desenvolvimento do comércio e da urbanização. Essa realidade cria o conflito paróquia versus capelas, ou seja, a luta entre os santos nômades e o Deus estabelecido. O fato é que a paróquia não era apenas uma divisão “burocrática” dos serviços, mas acompanhava – mesmo no plano jurídico – a criação de uma divisão administrativa.

O que acontecia era de fato um processo de ocupação ‘racional’ da capitania, contra uma economia de caráter ‘flutuante’ e nômade. Essa ocupação implicava na sedentarização do produtor, inicialmente ainda a nível de subsistência, mas trazendo em germe a grande propriedade monocultural. A paróquia, enquanto ‘sedentarização’ do padre, fixado como vigário, acompanha legitimando o estabelecimento político administrativo, a freguesia. A criação de Paróquia Freguesia é na realidade o estabelecimento de uma economia de “propriedade” contra uma economia de posse.<sup>37</sup>

O estabelecimento da Paróquia e a monopolização dos serviços religiosos provoca uma luta pelos espaços. Pouco a pouco, a economia de subsistência cede lugar à propriedade privada; o missionário itinerante cede lugar ao padre fixo; o santo popular aos santos modernos. No plano organizacional, há uma racionalização dos serviços, paralela a uma ocupação racional do solo. A paróquia e a fazenda, ou seja, a propriedade privada, são assimiladas ao racional, enquanto a religião popular familiar e a economia de subsistência ao irracional.

Essa nova representação da propriedade privada/paróquia responde aos interesses de um grupo social, a pequena burguesia urbana emergente. A religião, seja enquanto delimita uma organização “racional” do simbólico, seja enquanto traz em seu bojo uma representação da nova ordem, vem reforçar a ordem material ou simbólica possível de ser mobilizada por um grupo ou classe.

Essa definição tem validade somente para os grupos diretamente associados à reforma, neste caso, os imigrantes. Discorda-se que esse princípio valha para todos, pois os caboclos e o Catolicismo Popular continuam tendo sua autonomia. Apesar do controle do clero, o círculo nunca se fecha completamente. Na problemática está colocada a ineficiência da paróquia em relação ao Catolicismo Popular. O caráter marginal imposto ao Catolicismo Popular, com a expropriação econômica e cultural através

<sup>37</sup> BENEDETTI, 1983. p. 42-43.



do advento da modernidade, isolou a população cabocla e colocou-a em pleno movimento. No caso, a paróquia seguia um caminho contrário, que era a fixação e regionalização das almas.

Mesmo assim, a Igreja não conseguiu evitar as rupturas, pois muitas capelas insistiam em manter as lideranças leigas. A solução foi fechar as capelas e organizar os leigos ao redor do poder paroquial, para prestarem contas ao padre sobre as atividades religiosas e financeiras. O fato é que as pequenas capelas caboclas perdem sua autonomia e se tornam sucursais da paróquia, perdendo suas bases populares e comunitárias. O Catolicismo Popular é relegado ao silêncio, assumindo uma função cada vez mais autônoma e independente. A paroquialização se fundamentou sob o signo humano e religioso do imigrante italiano e alemão, que acabou consolidando a hegemonia cultural branca. Ao caboclo, sujeito desprezível diante do imigrante, restam duas saídas: ou assumir o modelo eclesial romano, paroquial e branco, ou migrar continuamente para outras regiões periféricas.

Foi essa segunda opção a que mais influenciou os caboclos: passaram a se localizar em áreas montanhosas, em barrancas de rios, em novas regiões ainda não povoadas ou então nas periferias das cidades. Esse processo de fuga e resistência possibilitou a manutenção das formas tradicionais do catolicismo popular. O caráter marginal e o esgotamento das áreas de terras para sua expansão fortaleceram cada vez mais a dimensão da solidariedade. Nesse processo houve uma alteração na produção simbólica das manifestações religiosas da festa do Divino, de São Sebastião etc. Essas festas assumem um caráter estritamente marginal, comunitário, que reforça a unidade cabocla. O caráter marginal, que eles assumem com a consolidação do sistema capitalista e a paroquialização, permite-lhes, em regiões isoladas, continuar a reproduzir seu modo de vida de subsistência e também suas representações religiosas. Além disso, no Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná, a Igreja estava mais preocupada em proteger os imigrantes do acaboclamento do que propriamente em reformar as crenças dos caboclos.

A história da Igreja no Oeste de Santa Catarina até 1958, com a criação das dioceses de Palmas e Chapecó, é marcada por esse desenvolvimento. O que acontece é uma luta pelo monopólio dos bens de salvação, antes concentrado nas mãos de um catolicismo leigo, popular, doméstico, de profundos vínculos culturais com o caboclo, nosso mestiço, e com a cultura luso-brasileira. A institucionalização da Igreja no Oeste



de Santa Catarina, principalmente após a chegada dos franciscanos alemães em 1903, marca uma lenta virada na luta pelo monopólio dos bens de salvação, que passa a ser assumido por um catolicismo romanizado com vínculos culturais fortes com a cultura europeia, branca e com base econômica no capitalismo. A afirmação de um catolicismo resulta na marginalização de outro, pois o catolicismo romanizado, ao contrário do que pretendia, não conseguiu reformar o catolicismo popular caboclo. Pelo contrário, marginalizou-o. A razão fundamental disso está na distância cultural que ambos os catolicismos representavam e, principalmente, pela clara opção que a Igreja vai fazer pelo sujeito histórico burguês, branco na sua raça, europeu na sua cultura, capitalista na sua economia e romanizado na sua religião.

Resumindo, podemos concluir este escrito com duas considerações importantes.

Primeira: a hipótese desenvolvida é a de que, antes da criação das duas dioceses gêmeas, a atuação da Igreja na Região do Grande Oeste (ou da Grande Palmas) privilegiou significativamente as populações de origem europeia que para cá vieram no séc. XX, principalmente a partir do término da segunda Guerra mundial. Em termos sócio-político-econômico-religiosos, especificamente na questão da *posse da terra*, das *culturas aqui existentes* e do *modelo de Igreja*, a opção da Igreja do Grande Oeste foi pelo modelo europeu de desenvolvimento, ou seja: capitalismo, romanização e branqueamento da raça.

Segunda: o artigo abordou de modo mais delongado a atuação dos Franciscanos da Província da Imaculada Conceição de São Paulo em nossa região. Eles na verdade foram mais representativos e significativos para essa região. Mas, *mutatis mutandis*, na questão das opções acima citadas, o mesmo processo foi seguido pela Ordem dos Jesuítas e pela Congregação da Sagrada Família, que também atuaram significativamente na região da atual Diocese de Chapecó com padres e religiosos vindos da Europa. Vale lembrar que a atuação dos Jesuítas e da Sagrada Família entre os imigrantes alemães tinha uma preocupação central com a guarda e proteção da cultura germânica, isso por exigência muitas vezes dos próprios imigrantes. Dessa forma, constitui-se por muito tempo em municípios como Itapiranga uma “cristandade” germânica. Dizemos cristandade, por que esses grupos populacionais atuavam de forma muito fechada e defendendo-se de influências externas que pudessem minar a cultura germânica; e a religião atuava como sustentáculo dessa política,



ou seja, religião e cultura formavam uma unidade perfeita no sentido de proteger e desenvolver a germanidade na região.

Foi somente após o movimento desencadeado pelo Concílio Ecu-  
mênico Vaticano II na década de 60 do século passado que a atuação  
pastoral da Igreja, principalmente no Oeste Catarinense, passou a assumir  
com decisão a evangélica opção preferencial pelos pobres.

### Bibliografia específica

1. DIEL, Paulo Fernando. *Religião e religiosidade: a contribuição dos Franciscanos no desenvolvimento religioso, cultural, político e econômico de Palmas e Região (1903-1958)*. Curitiba: Editora da Assembléia Legislativa do Paraná, 2004.
2. Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste (CEOM). *Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM*. Edição englobando Cadernos do CEOM n.º 1 a n.º 8. Chapecó, UNOESC, 1995, 336p.

### Bibliografia geral

1. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas (Livros de Tombo).
  - Atas da cúria prelatícia de Palmas, 1951.
  - Livro tombo I (1876-1887).
  - Livro tombo II (1888-1917).
  - Livro tombo III (1917-1957).
  - Decretos e portaria I (1938-1956).
  - Decretos e portaria II (1956-1971).
2. Da Revista Vida Franciscana
  - ANÔNIMO. “Prelazia de Palmas”, In: *Vida Franciscana*, n. 11, ano VII, 1948, p. 41-44.
  - BAMBERG, Frei Ewald. “Franciscanos em Palmas”, In: *Vida Franciscana*, n. 53, ano LVI, 1979, p. 24-41.
  - HORN, Frei Cristóvão. “Franciscanos em Palmas”, In: *Vida Franciscana*, n. 54, ano LVII, 1980, p. 115-134.
  - MELO, Mons. Carlos E. S. Bandeira de. “Nossos trabalhos em Palmas,” in: *Vida Franciscana*, n. 6, ano III, 1944, p. 01-10.



- \_\_\_\_\_. “Nossos trabalhos em Palmas”, In: *Vida Franciscana*, n. 5, ano 3, 1944, p. 04-10.
- \_\_\_\_\_. “Nossos trabalhos em Palmas”, In: *Vida Franciscana*, n. 7, ano IV, 1945, p.01-10.
- \_\_\_\_\_. “Nossos trabalhos em Palmas”, In: *Vida Franciscana*, n. 3, ano II, 1943, p. 01-04.
- \_\_\_\_\_. “Nossos trabalhos em Palmas”, In: *Vida Franciscana*, n. 1, ano I, 1942, p. 07-11.

### 3. Livros em geral

- AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992 (Coleção: História do Pensamento Católico no Brasil, v. 3).
- \_\_\_\_\_. *O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular*. Petrópolis: Vozes, 1977. (Coleção: Cadernos de Teologia e Pastoral, vol. 7).
- \_\_\_\_\_. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A crise da cristandade e o projeto liberal*. São Paulo: Paulinas, 1991 (Coleção: História do Pensamento Católico no Brasil, v. 2).
- \_\_\_\_\_. *A neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994 (Coleção: História do Pensamento Católico no Brasil v. 6).
- BENEDETTI, Luiz Carlos. *Os santos nômades e o Deus estabelecido: um estudo sobre religião e sociedade*. São Paulo: Paulinas, 1983 (Coleção: Estudos e Debates Latino-Americanos, vol. 4).
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*, 3ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992 (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli).
- DIEL, Paulo F. *“Ein katholisches Volk, aber eine Herde ohne Hirte”: Der Anteil deutscher Orden und Kongregationen an der Bewahrung deutscher Kultur und an der Erneuerung der katholischen Kirchen in Süd-Brasilien (1824-1935/38)*, Sankt Augustin: Gardez!Verlag, 2001.



- HEINEN, Luiz. *Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina: Aspectos Sócio-Político-Econômicos*. Joaçaba: UNOESC, 1997.
- ÍNDIO, Campos. *Os colonos do Rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste catarinense*. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 1987. (Tese de mestrado)
- LUZ, Aujor Ávila. *Os fanáticos – crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos: contribuição para o estudo da antropologia, sociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do autor, 1952.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Livraria duas Cidades, 1974.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Prelazia de Palmas. *Flores esparsas aos pés da Virgem*. Curitiba: Tipografia João Haup & Cia, 1973.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1914)*. São Paulo: Ática, 1966.
- RENCK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.
- SERPA, Élio Cantílico. *Igreja, Elites Dirigentes e Catolicismo Popular em Desterro/Florianópolis, Laguna e Lajes 1889-1920*. São Paulo: USP, 1993.
- ZALUAR, Alba. *Os homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

#### 4. Artigos:

- AZZI, Riolando. “II – panorama geral – a teologia no Brasil. Considerações históricas”, In: MADURO, Otto, *História da Teologia na América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 1981 p. 21-45.



- \_\_\_\_\_. “Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil”, In: *Religião e Sociedade*, n. 01, maio, 1977 p. 125-149.
- DIEL, Paulo F. A relação da Reforma Católica com o Catolicismo Popular Caboclo no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (1903-1958), In: *Cadernos do Centro de Organização da memória Sócio Cultural do Oeste de Santa Catarina*, Junho/2001, ano 14, nº 13, p. 99-128.
- MENDES, A.; Rodrigues, E.; ROCHA FILHO, João Paulo. *Dom Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello: Biografia Documental*. Palmas: CPEA, 2002.
- POLI, Jaci. “Caboclo: pioneirismo e marginalização”, In: *Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste de Santa Catarina*, n. 7, ano 5, abril, 1991 p.47-88.
- RENCK, Arlene. “As representações da colonização no Oeste catarinense, a partir dos brasileiros”, In: *Cadernos do Centro de Organização da memória Sócio- Cultural do Oeste de Santa Catarina*, ano 5, n. 7, abril, 1991 p. 07-47.
- ROSOLI, Pe. Gianfausto. “O papel da Igreja entre os emigrantes italianos no Rio Grande do Sul”, In: *REB*, 35 (140), 1975. p. 880.
- TEDESCO, Adayr Mário “*A Igreja na região da Grande Palmas*”. In: **Revista “Encontros Teológicos”**, Nº 22, de 1997/ITESC, Florianópolis, SC, p. 67-81.

*Endereço dos Autores:*

*Rua...*